



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Instituto Estadual do Ambiente
Diretoria de Licenciamento Ambiental

LICENÇA PRÉVIA

63.01.01.21

LP N° IN105334

A Comissão Estadual de Controle Ambiental – CECA da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual n° 1.356, de 03/10/1988, pelo Decreto Estadual n° 21.287, de 23/01/95, pela Lei Estadual n° 5.101, de 04/10/2007 e pelo Decreto n° 48.690 de 14 de setembro de 2023, em especial, do Decreto n° 46.890, de 23 de dezembro de 2019, e suas modificações posteriores, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Licenciamento e demais Procedimentos de Controle Ambiental - SELCA, concede o presente instrumento a

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

CPF/CNPJ: 10.598.957/0001-35

Endereço: AVENIDA VENEZUELA 110 - SAÚDE - RIO DE JANEIRO/RJ

Objeto:

Para canalização e urbanização do rio Pavuna, em trecho de aproximadamente 1.386 metros, localizado na avenida Luis Silveira, no Trecho do Canal Pavuninha.

No seguinte local:

COORD. 22°48'16.08"S/43°21'41.40"O (INÍCIO) E 22°48'13.67"S/43°20'54.68"O (FIM), - - SÃO JOÃO DE MERITI - RIO DE JANEIRO/RJ

Prazo de validade:

Este documento é válido até 12 de setembro de 2027, respeitadas as condições nele estabelecidas, e é concedido com base nos autos e informações constantes do processo n° SEI-070002/016916/2024 e seus anexos.

Condições de validade:


- 1- Este documento foi emitido por decisão da Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA, em sua 1.167ª reunião, realizada em 02.09.2025, que resolveu tomar as medidas constantes da Deliberação CECA n° 6.809, publicada no DOERJ de 24.07.2025;
- 2- Obter os necessários atos de consentimento para o exercício de seu empreendimento ou atividade. O licenciamento ambiental junto ao INEA, independe de comprovação da dominialidade da área do empreendimento ou atividade licenciada, da certidão expedida pelo Município atestando a conformidade do empreendimento ou atividade à legislação municipal de uso e ocupação do solo, assim como de licenças, autorizações, certidões, certificados, outorgas ou outros atos de consentimento dos demais órgãos em qualquer nível de governo, o que não desobriga o empreendedor de atender à legislação federal, estadual e municipal, bem como de possuir os necessários atos de consentimento para o exercício de seu empreendimento ou atividade, conforme o art. 33 do Decreto n° 46.890 de 23/12/2019 que dispõe sobre o Sistema Estadual de Licenciamento e demais Procedimentos de Controle Ambiental - SELCA;

- 3- Não iniciar as obras ou qualquer tipo de intervenção na área antes da obtenção da Licença de Instalação;
- 4- Este documento não pode ser alterado, sob pena de perder a validade;
- 5- Submeter previamente ao INEA para análise e parecer qualquer ampliação e/ou modificação no empreendimento licenciado;
- 6- Apresentar no requerimento da Licença de Instalação (LI): A) Programa que contemple a gestão ambiental das obras, de forma a gerenciar todas as atividades envolvidas na etapa de instalação, estabelecendo as diretrizes construtivas e ambientais que auxiliarão no controle e mitigação dos impactos identificados; B) Local de bota-fora e relação das jazidas fornecedoras de material de empréstimo licenciadas pelo INEA, informando a origem e o volume de material a ser utilizado, caso necessário; C) Projeto do canteiro de obras com localização do canteiro, informações quanto a coleta e tratamento de efluentes e abastecimento de água (melhorar); D) Memorial descritivo, com justificativa técnica e ambiental para implantação da canalização do rio Pavuna; E) Levantamento topográfico planialtimétrico do trecho do curso d'água a intervir e seu entorno, em escala adequada e com coordenadas oficiais e RN do IBGE; F) Projeto da canalização a ser executada no rio Pavuna contendo informações sobre seu revestimento, traçado, dimensões, e seu perfil longitudinal, com indicação das declividades, em escala adequada e devidamente cotado; G) Estudo hidrológico com memória de cálculo determinando a vazão máxima de cheia de projeto para o tempo de recorrência de 25 (vinte e cinco) anos para canalização em seção aberta e 50 (cinquenta) anos para canalização em seção fechada, pontes, travessias e bueiros. Deverão constar neste estudo as seguintes informações: características físicas da bacia (área de contribuição hidrológica, comprimento do talvegue, tempo de concentração) e descritivo da metodologia utilizada para obtenção da vazão de projeto; H) Estudo de verificação hidráulica, com indicação do nível d'água para as cheias dos respectivos tempos de recorrência (TR) nas seções transversais levantadas ao longo do trecho a ser canalizado do rio Pavuna (com a projeção da intervenção a ser implantada), além da memória de cálculo com os seguintes parâmetros: vazão de projeto, tirante de cheia, borda livre, velocidade de escoamento, coeficiente de rugosidade e declividade. Para seção retangular aberta ou trapezoidal deve ser adotada uma relação de enchimento $Y/H = 0,8$; Para seção retangular fechada deve ser adotada uma relação de enchimento $Y/H = 0,9$; Para seção circular deve ser adotada uma relação de enchimento $Y/D = 0,85$; Para concreto utilizar coeficiente de rugosidade (Manning) entre 0,015 e 0,018; I) Planta com o detalhamento da transição da canalização a ser implantada, com as suas respectivas dimensões, com o trecho imediatamente a montante e a jusante; J) Cronograma físico de execução da atividade; K) Relatório fotográfico do local onde a obra será realizada, com destaque para a calha do curso d'água e suas margens; L) Os documentos e plantas solicitados deverão estar devidamente georreferenciado, assinados e acompanhados de ART do responsável técnico pela execução do serviço e devem ser entregues também em formato digital (arquivo de Autocad até a versão 2012), comprimida em formato .zip;
- 7- O engenheiro projetista é o responsável técnico pelo projeto da intervenção objeto da presente Licença;
- 8- Quando realizar o requerimento de Licença de Instalação, apresentar projeto executivo e descritivo das obras com ART do responsável e cronograma de obras;
- 9- Requerer, na etapa da Licença de Instalação (LI), a Autorização Ambiental para Supressão de Vegetação Nativa (ASV) através do Sistema Nacional de Controle de Origem dos Produtos Florestais - SINAFLO, (<https://servicos.ibama.gov.br/ctf/sistema.php>), de acordo com o disposto na Instrução Normativa nº 21, de 24 de dezembro de 2014, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, ciente de que é proibida a supressão de vegetação sem a obtenção da referida autorização;
- 10- Será de responsabilidade do empreendedor qualquer dano ambiental não previsto que ocorra em razão da realização das obras;
- 11- Considerar na elaboração dos projetos as normas ABNT NBR-11174 - Armazenamento de Resíduos Classe II (não inertes) e Classe III (inertes) e ABNT NBR-12235 - Armazenamento de Resíduos Sólidos Perigosos (Classe I) e destiná-los somente a empresas licenciadas;
- 12- Considerar na elaboração dos projetos a Resolução nº 307 do CONAMA, de 05.07.02, publicada no D.O.U. de 17.07.02, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da

construção civil;

- 13- Considerar na elaboração dos projetos a NOP-INEA-45 - Critérios e Padrões de Lançamento de Esgoto Sanitário, aprovada pela Resolução CONEMA nº 90 de 08.02.2021, publicada no D.O.E.R.J. de 25.02.2021;
- 14- Informar a Agência Nacional de Mineração (ANM), antes de começar a atividade: o tipo do mineral, volume (m3) e o local onde o material excedente será depositado (fiel depositário), conforme Parecer/PROJE Nº 426/2009 - FNM-LBLT-MP-SDM, nos itens 09, 14 e 15, da Procuradoria Federal - DNPM, e se a área objeto do licenciamento, onde for realizada a movimentação de terras estiver onerada, isto é, com Direito Minerário preexistente já autorizado pela ANM, deverá ser apresentada a autorização do titular do Direito Minerário;
- 15- Manter atualizados junto ao INEA os dados cadastrais relativos à atividade ora licenciada, submetendo previamente ao INEA, para análise e parecer, qualquer alteração no projeto;
- 16- O INEA exigirá novas medidas de controle ambiental, sempre que julgar necessário, visando à preservação do meio ambiente.


Maurício Couto Cesar Junior
ID 2348774




A autenticidade deste documento pode ser conferida apontando a câmera para o
QrCode.

O não cumprimento das condições constantes nas Normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e na Lei Estadual nº 3.467, de 14 de setembro de 2000, podendo levar ao cancelamento deste documento.

Rio de Janeiro, 12 setembro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Maurício Couto Cesar Junior, Presidente**, em 12/09/2025, às 11:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **112801557** e o código CRC **BF1EA1B7**.

Referência: Processo nº SEI-070002/016916/2024

SEI nº 112801557

Avenida Venezuela, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: